

ENSINO DE HISTÓRIA: CAMINHOS PARA PRÁXIS DOCENTE.

Eduarda Vitória Cechett¹
Eduardo Roberto Soares²
Rafaela Pasquali³
Vitória Aparecida Baldaço de Jesus⁴
Isabel Rosa Gritti⁵

INTRODUÇÃO

O presente estudo concerne ao ensino de História, tema discutido nos encontros teóricos realizados no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID).⁶

O estudo sobre o ensino de História tem por objetivo a preparação para a observação do professor supervisor nas escolas de educação básica e posterior intervenção ao final do Programa, bem como para a prática docente ao final da licenciatura.

1 METODOLOGIA

O estudo apresentado é de natureza teórica, abordagem qualitativa e fim descritivo, visando obter fundamentações teóricas para a atuação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), e futura prática docente.

Como fonte de pesquisa foi utilizada a documentação indireta através de pesquisas bibliográficas, orientadas pelos coordenadores do PIBID.

2 REFERENCIAL TEÓRICO E/OU DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

Durante os estudos teóricos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), foi solicitado aos participantes aprofundar o conhecimento acerca do ensino de História. Durante os encontros foram apresentados os resultados das pesquisas, que contaram com os autores Soeli Regina Lima, Selva Guimarães Fonseca, Circe Maria Fernandes Bittencourt, Luis Fernando Cerri, José Ricardo Oriá Fernandes, Alex Silva Costa e Carlos Henrique Farias de Barros.

Soeli Regina Lima, em “História e Memória: pesquisa-ação-participativa no ensino da história local”, apresenta um projeto de ensino de História que busca

¹ Acadêmica do Curso de História - Licenciatura 2º semestre. Universidade Federal da Fronteira Sul. cechetteduardavitoria@gmail.com.

² Acadêmico do Curso de História - Licenciatura 2º semestre. Universidade Federal da Fronteira Sul. eduardoframento@gmail.com.

³ Acadêmica do Curso de História - Licenciatura 4º semestre. Universidade Federal da Fronteira Sul. r.pasquali.rp@gmail.com.

⁴ Acadêmica do Curso de História - Licenciatura 6º semestre. Universidade Federal da Fronteira Sul. Vitoria.annee190@gmail.com.

⁵ Mestre/Doutora pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Orientadora. Profª do Curso de História - Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul. isabel.gritti@uffs.edu.br.

⁶ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

trabalhar a memória histórica local de forma contextualizada, servindo-se de história oral (relatos de moradores da região como forma de resgatar a história local), de pesquisas bibliográficas (complemento das informações obtidas através da história oral), de exposição de fotos e objetos antigos (meio de ilustrar a história local) e de representação teatral (através da recriação de situações históricas), por meio de estudos teóricos e práticos da memória histórica local, a fim de construir o conhecimento coletivamente e transformar a realidade escolar. A coleta de dados para o projeto contou com o método de pesquisa-ação-participativa, que revelou resultados positivos, como a integração entre famílias e escola, por meio do intercâmbio cultural entre gerações e valorização de histórias de vida, e revelação de habilidades dos alunos, através de aulas mais prazerosas.

No artigo “História local e fontes orais: uma reflexão sobre saberes e práticas de ensino de História”, Selva Guimarães Fonseca discute acerca da importância de uma abordagem crítica e inclusiva no ensino de História. A autora disserta a mudança do modo de ensino de História ao longo do tempo, e defende o uso de histórias oral e local para uma compreensão mais ampla da história. Além disso, enfatiza que a documentação de arquivos locais, bem como as fontes orais demandam uma análise crítica e ativa dos alunos e do professor e pontua que a história local não se escreve por si mesma, mas como qualquer outro tipo de projeto histórico, depende da natureza da evidência e do modo como é lida.

Circe Maria Fernandes Bittencourt, por sua vez, em “Reflexões sobre o ensino de História”, aborda a mudança do ensino de História ao longo dos anos, desde o ensino eurocêntrico que perdurou do século XIX até a década de 1930, onde passou-se a refletir sobre a inclusão de diferentes perspectivas, passando por 1960, ano em que novas abordagens e metodologias, como a história social e a história cultural, foram introduzidas, até 2003, ano da lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas do país.

Apesar da mudança gradual para um ensino mais inclusivo, a autora admite que ainda há muitas dificuldades enfrentadas pelos professores, como a falta de materiais didáticos adequados, além da resistência por parte de alunos e pais, que não entendem a importância de incluir perspectivas e sujeitos históricos diversos. Além disso, a autora defende repensar a formação de professores no Brasil, a fim de capacitá-los a um ensino inclusivo e diverso.

Em “Ensino de História e concepções historiográficas”, Luis Fernando Cerri apresenta uma tipologia das relações entre o ensino de História e as concepções historiográficas. O autor discute as diferentes concepções historiográficas, dividindo-as em tradicionais, críticas e genéticas, e como elas influenciam o ensino de História. Cerri argumenta que é importante que os professores de História estejam cientes das diferentes concepções historiográficas e saibam como aplicá-las em sala de aula, de forma a promover um ensino mais reflexivo e crítico. O artigo oferece uma reflexão teórica útil para professores e estudantes de História que buscam compreender as relações entre a teoria e a prática do ensino de História.

Alex Silva Costa, no artigo “A importância do Ensino de História nas Escolas e sua implicação na vida social”, argumenta que o ensino de História tem enfrentado grandes desafios no Brasil, passando pela dificuldade de os educadores entenderem a necessidade da História no currículo escolar e sua importância para a formação dos jovens. Essas dificuldades são essenciais para compreender como reformular o ensino de História.

O autor defende que o conceito tradicional do ensino de História já não é mais adequado, e retoma as teorias de Marc Bloch, que buscam uma compreensão mais

profunda dos eventos históricos, promovendo uma análise crítica e reflexiva da realidade sócio-cultural. Levando as teorias de Bloch em consideração, o autor expõe que a nova perspectiva histórica parte de baixo para cima, e integra-se com outras disciplinas, como Psicologia, Antropologia e Sociologia, abrindo espaço para uma visão mais global e multifacetada dos acontecimentos, onde "tudo é História."

Diante dessa nova perspectiva, o autor defende a necessidade de reavaliar o ensino de todas as áreas da Educação, a fim de compreender a História como uma força transformadora em uma sociedade opressora.

O autor também retoma a história do ensino de História no Brasil, destacando a elaboração de uma "história nacional" no pós independência; a criação de faculdades de filosofia, a fim de formar educadores, nas décadas de 1830 e 1840, bem como a criação do Colégio Pedro II e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB); o início da formação de professores secundários nas universidades e crescimento do campo cultural autônomo na década de 1930, assim como a predominância da tese de "democracia racial" nos livros didáticos; o ensino patriótico durante o Estado Novo e as reflexões sobre o processo de ensino e aprendizagem, reconhecendo os alunos como participantes ativos na construção do conhecimento, nas décadas de 1980 e 1990. O autor argumenta que essa evolução no ensino de História no Brasil ilustra a constante adaptação às mudanças sociais, políticas e culturais, refletindo os desafios enfrentados pelos educadores ao longo da história.

Apesar da evolução do ensino de História, o autor reconhece que, na prática docente, ainda predomina uma abordagem que não privilegia uma visão abrangente da História, mas que legitima teorias que reforçam a superioridade de uma classe, etnia ou nação, que perpetuam a ideologia de classes dominantes, que mantêm o controle sobre as instituições e influenciam o poder, tanto no setor público quanto privado da educação. Porém, cresce nos professores do ensino fundamental a preocupação em acompanhar e participar do debate historiográfico. Isso envolve a criação de pontes entre o conhecimento histórico e o saber histórico, reconhecendo que a História é um campo de pesquisa e produção de conhecimento em constante evolução, longe de atingir um consenso definitivo.

O autor expõe que, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), o ensino de História não se limita ao espaço escolar, mas abrange suas interações sociais e familiares. As crianças e os jovens estão atentos às mudanças e ciclos naturais e são influenciados pela acelerada vida urbana. Também são atraídos pelos apelos de consumo da sociedade contemporânea e preenchem sua imaginação com ícones reinterpretados a partir de várias fontes e épocas. Entretanto, essa realidade não é refletida nas escolas, especialmente públicas, onde muitos professores encontram dificuldade em inovar na sala de aula.

Ademais, o autor expressa que, de acordo com os PCNs, o objetivo do ensino de História é capacitar os alunos a questionar e relativizar questões específicas da sua época, e cita Roger Chartier ao argumentar que a apropriação do conhecimento histórico deve ser vista como uma troca em que alunos e a cultura histórica escolar se influenciam mutuamente, resultando em uma compreensão mais profunda e crítica da História.

O autor conclui enfatizando a necessidade de atualizar os PCNs de História e abandonar paradigmas e dogmas que sustentam a ideologia do Estado. O objetivo é que os alunos se libertem dos discursos demagógicos e desempenhem um papel mais ativo no processo de ensino, deixando de ser meros espectadores que reproduzem um discurso alienante. A intenção é capacitar os alunos a serem protagonistas na construção do conhecimento histórico.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As pesquisas e projetos apresentados pelos autores estudados enfatizam a importância de diferentes perspectivas historiográficas, além de abordagens mais críticas e inclusivas no ensino de História. Nesse sentido, acredita-se que os integrantes do PIBID possam contribuir nas escolas participantes ao apresentar novas perspectivas de ensino.

CONCLUSÃO

O estudo sobre o ensino de História, possibilitado pelo PIBID, foi um componente fundamental no processo de formação e aprimoramento dos participantes para a futura atuação docente, revelando a importância de uma formação abrangente e contextualizada. Os estudos revelam as complexidades e desafios a serem enfrentados na prática docente, e permitem que os integrantes compreendam a necessidade de repensar o ensino de História.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, C. F.. Reflexões sobre o ensino de História. Estudos Avançados, v. 32, n. 93, p. 127–149, maio 2018.

CERRI, L. F. Ensino de História e concepções historiográficas. Espaço Plural, [S. l.], v. 10, n. 20, p. p. 149–154, 2000. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/2467>. Acesso em: 13 out. 2023.

COSTA, A. S. A Importância do Ensino de História nas Escolas e suas Implicações na Vida Social. Anagrama, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 1-7, 2011. DOI: 10.11606/issn.1982-1689.anagrama.2011.35602. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anagrama/article/view/35602>. Acesso em: 13 out. 2023.

FERNANDES, J. R. O.. Ensino de história e diversidade cultural: desafios e possibilidades. Cadernos CEDES, v. 25, n. 67, p. 378–388, set. 2005.

GUIMARÃES FONSECA, S. História local e fontes orais: uma reflexão sobre saberes e práticas de ensino de História. História Oral, [S. l.], v. 9, n. 1, 2012. DOI: 10.51880/ho.v9i1.193. Disponível em: <https://www.revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/193>. Acesso em: 13 out. 2023.

LIMA, S. R. História e memória: pesquisa-ação-participativa no ensino da História Local. História & Ensino, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 149–172, 2015. DOI: 10.5433/2238-3018.2015v21n1p149. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/20409>. Acesso em: 13 out. 2023.